

A UNESCO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Pequeno Histórico

Ultimamente tem sido crescente a preocupação de todos os habitantes do Planeta em relação às questões ambientais. O buraco na camada de ozônio, o desmatamento irrefreado, entre outras coisas, têm alarmado os habitantes da Terra e as autoridades governamentais. Pensando nisso, já em 1972 aconteceu a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, promovida pela ONU.

A citada Conferência aconteceu em Estocolmo, na Suécia, e dela partiu a recomendação de que "o secretário-geral, os organismos do sistema das Nações Unidas, em particular da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (Unesco) e as demais instituições interessadas, após consultarem-se e de comum acordo, adotem as disposições necessárias a fim de estabelecer um programa internacional de educação sobre o meio ambiente, de enfoque interdisciplinar e com caráter escolar e extra-escolar, que abarque todos os níveis de ensino e se dirija ao público em geral, especialmente ao cidadão que vive nas zonas rurais e urbanas, ao jovem e ao adulto indistintamente, com o objetivo de ensinar-lhes medidas simples que, dentro de suas possibilidades, possam tomar para ordenar e controlar o meio ambiente".

Em cumprimento à recomendação feita na Conferência de Estocolmo, foi lançado, em 1975, pela Unesco e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). Entre as atividades do PIEA, que mais contribuíram a uma conscientização internacional sobre a educação ambiental, cabe destacar especialmente uma série de reuniões internacionais e regionais que culminaram na Conferência Intergovernamental de Tbilisi (URSS), em 1977.

Os participantes da Conferência de Tbilisi concluíram que, "ainda que seja óbvio que os aspectos biológicos constituem a base natural do meio humano, as dimensões socioculturais e econômicas e os valores éticos definem, por sua vez, as orientações e os instrumentos com os quais o homem poderá compreender e utilizar melhor os recursos da natureza, com o objetivo de satisfazer suas necessidades". A Conferência de Tbilisi

definiu ainda que, "a educação ambiental deve ajudar a criar uma consciência de interdependência econômica, política e ecológica do mundo moderno, com a finalidade de acentuar o espírito de responsabilidade e de solidariedade entre as nações. Trata-se de um requisito básico para resolver os graves problemas ambientais".

Passados dez anos, aconteceu em Moscou (URSS) o Congresso Internacional Unesco-PNUMA sobre a educação e a formação relativas ao meio ambiente. O Congresso, que aconteceu em agosto de 1987, reuniu mais de 300 especialistas de 94 países, entre eles o Brasil, e observadores da UICN e de outras organizações internacionais. Dele resultou um documento denominado Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação ambiental para o Decênio de 1990.

Este documento está dividido em três partes. A primeira é composta de informações, idéias, estudos e pesquisas internacionais de projetos piloto e investigações, conclusões de reuniões internacionais que haviam se realizado desde 1975, o marco da ação da Unesco e do PIEA, baseados nas diversas consultas aos estados membros, às organizações governamentais e não-governamentais, que foram realizadas pela Unesco e pelo PNUMA no marco de suas atividades de programa.

A segunda parte do documento apresenta elementos para uma estratégia internacional de ação em matéria de educação e formação ambientais para o Decênio de 1990. Esta parte mostra uma síntese dos principais problemas do meio ambiente naquela época e esboça os possíveis objetivos de uma estratégia internacional de ação. Mostra, também, os princípios e características essenciais da educação e da formação ambientais que se teve em conta para a elaboração da estratégia, além de apresentar elementos específicos para a ação internacional sobre o meio ambiente.

A Estratégia Internacional de ação em matéria de Educação e Formação Ambiental para o Decênio de 1990, apresenta em sua terceira e última parte uma série de ações específicas que poderiam contribuir para se chegar a esses objetivos.

Nenhuma das estratégias, porém, têm impedido que o desenvolvimento pouco racional conduza a um nível de contaminação de alcance mundial

sem precedentes; que o desmatamento represente 11 milhões de alqueires por ano, ou seja, 20 alqueires por minuto, o que é alarmante; que o rápido crescimento urbano agrave os problemas ambientais; e que uma administração ambiental inadequada transforme nove milhões de quilômetros quadrados de terra cultivável em desertos, um problema que aumenta a cada dia.

Preparação da Eco-92

Diante de tantos e crescentes problemas, foi preparada a Conferência do Rio, a conhecida Eco-92, que se realiza no Rio de Janeiro de 3 a 11 de junho de 1992. Com relação à educação ambiental, a Unesco, em conjunto com o Brasil e os outros países, que vão participar da Conferência, atuou em três frentes distintas.

A primeira delas foi na preparação de uma mesa-redonda internacional, no marco do programa científico da Eco-92. Este programa tem dez mesas-redondas sobre diferentes temas ambientais, envolvendo educação e informação para o meio ambiente e o desenvolvimento. Uma dessas mesas-redondas é especificamente sobre educação ambiental, onde especialistas estrangeiros debaterão com especialistas nacionais.

Outra atuação está ligada a uma oficina que o Ministério da Educação montará durante a Conferência, no primeiro Ciac do Rio de Janeiro. A oficina terá duração de dez dias e é específica sobre a educação ambiental. A Unesco participou dando todo o assessoramento técnico necessário à organização da oficina.

A terceira e última atuação da Unesco na Eco-92, relativa à educação ambiental, são as exposições que serão apresentadas no Fórum Global e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Agentes da Unesco que conhecem o programa de educação ambiental vão discutir com especialistas internacionais. Haverá também uma exposição de material sobre o tema.

Com relação ao meio ambiente, em geral, a Unesco colaborou na elaboração de documentos técnicos durante a preparação da Eco, no Comitê de Preparação da Conferência. Estes documentos foram elaborados para

que os membros do Comitê tivessem uma base técnica e científica sobre todos os temas. A Unesco também colaborou na elaboração da Agenda 21, que é o programa de ação para o futuro a ser aprovado na Conferência.

Durante a Eco-92 será feito um programa científico, numa ação conjunta da Unesco e do governo brasileiro. Durante cinco dias, dez mesas-redondas vão discutir os temas que a Conferência política vai debater. Os temas estão relacionados às florestas, às mudanças climáticas, ao impacto da indústria, à educação ambiental, enfim, todos os temas que serão debatidos na Conferência política.

Em conjunto com o Brasil, a Unesco preparou a parte científica da Conferência. Para isto, a Unesco definiu os temas e subtemas e todos os conteúdos científicos. Além disso, a Unesco vai atuar na Eco-92 através do Fórum Global, o do Fórum das Organizações Não-Governamentais, apresentando uma grande exposição sobre o trabalho da Unesco no âmbito do meio ambiente. Serão apresentadas publicações, filmes, idéias, onde se mostra claramente qual o trabalho executado pela Unesco com relação ao meio ambiente.

Evidentemente, em muitos países, os escritórios da Unesco estiveram em contato contínuo com o governo para colaborar com ela na elaboração dos relatórios nacionais, para colaborar com os cientistas na preparação da contribuição que cada país fará na Conferência.

Marco Conceitual

Com relação à educação ambiental houve uma evolução no conceito. O marco conceitual foi bem definido na Conferência Intergovernamental, a primeira sobre educação ambiental, que se realizou em Tbilisi, há 15 anos. O marco conceitual geral é o mesmo, mas podemos considerar que estão acontecendo pequenas mudanças, pequenas, porém, importantes, sobre a aplicação do marco conceitual.

O primeiro ponto importante (que ficou decidido há pouco mais de um ano) foi o nome da educação ambiental, que passou a ser educação para o meio ambiente. Quando a Conferência do Rio começou a ser prepara-

da, apareceram as implicações da questão ambiental e as questões do desenvolvimento. Com isso a terminologia mudou um pouco, passando a se chamar **educação para o meio ambiente e o desenvolvimento**, unindo também a parte de informação ambiental.

Segundo o representante da Unesco no Brasil, Miguel Angelo Henriquez, a mudança da terminologia tem como objetivo dar idéia de uma educação para a proteção ambiental, para a utilização racional dos recursos, orientando o desenvolvimento das pessoas. Este é o objetivo final da educação em geral e da educação ambiental.

Outra coisa importante, de acordo com Henriquez, é a reflexão sobre a maneira de implementar a educação ambiental. Por exemplo, fala-se sempre que a educação ambiental é um processo interdisciplinar. Como fazer a interdisciplinaridade, ou como se chegar ao que se chama de interdisciplina? Muitos países estão reconsiderando alguns pontos, tendo sempre o mesmo ideal, a interdisciplinaridade.

"É melhor fazer algumas concessões de maneira a poder atingir algo que ainda não é perfeito, mas que pode ser realmente implementado. Não tem que ser interdisciplinar, deveria ser; mas até se chegar à interdisciplinaridade deveremos passar por um percurso, que tem menos doses de interdisciplinaridade e um pouco mais de disciplina do que desejaríamos, mas que é mais realista porque pode ser implementado", afirmou Miguel Angelo.

Todos sabemos que a formação dos professores não é interdisciplinar, então é muito difícil que um professor possa ensinar interdisciplinarmente, se ele foi formado para ensinar disciplinarmente. Além do mais, a educação ambiental não pode ser uma disciplina, uma matéria a ser ensinada como as demais. Isto, porque a educação ambiental pretende integrar as condições sociais, econômicas, culturais, etc. Como formar o professor para ensinar a educação ambiental? Voltamos à interdisciplinaridade.

Eixo Integrador

Segundo Henriquez, a reflexão atual é que o melhor seria pegar caso por caso. Por exemplo, pega-se uma disciplina como Biologia, Ciências So-

ciais, Ciências Naturais, como eixo integrador e une-se a condições sociais, culturais, por exemplo, para explicar problemas sobre o meio ambiente. Essa maneira de fazer o ensino da educação ambiental não é disciplinar, mas toma por base uma disciplina, uma pequena concessão necessária de maneira a sermos realistas.

A própria estrutura do sistema educacional, na maioria dos países do mundo, está saturada. Os estudantes têm que aprender Física, Química, Biologia e depois acrescenta-se Educação para a Saúde, Contra as Drogas, Contra a Aids; e os currículos pouco a pouco vão ficando cada vez mais extensos e o tempo do aluno na escola para aprender mais outra coisa já saturou, não há espaço para mais uma matéria.

De acordo com Miguel Angelo Henriquez, este problema da falta de um lugar para o ensino da educação ambiental é difícil de resolver. "Estamos pensando que precisamos desenvolver ainda mais uma abordagem da educação ambiental, mais como abordagem e não como matéria, não como conteúdo específico, mas utilizando o conteúdo já existente, dando uma abordagem nova, 'enranchando' os conteúdos e programas dos alunos", afirmou Henriquez.

"Quinze anos após a Conferência de Tbilisi, seria melhor utilizar o momento atual para refletir um pouco mais sobre tudo isso. A situação atual do sistema educacional, não só do brasileiro, mas do mundo inteiro, talvez nos force a ser um pouco imperfeitos para atingirmos o ideal. O mundo atual satura a pessoa de informações; o mundo e as ciências produzem muito mais informações do que os docentes podem assimilar; então o docente tem que ser muito seletivo em sua formação", de acordo com o representante da Unesco no Brasil.

Temos que repensar como introduzir uma abordagem ambiental na formação do docente, sem que isto fique na disciplina, acarretando mais livros, mais informação, enfim, mais tudo.

Outro problema é o da avaliação. Todo processo educacional tem sua própria avaliação, do aluno, do professor e do próprio processo. Se um dos grandes objetivos da educação ambiental é mudar atitudes e valores na pessoa humana, como será feita essa avaliação das mudanças nas

atitudes dos alunos? Necessariamente, se tivéssemos um modelo de avaliação, seria a longo prazo; mas a escola e a sociedade atualmente pedem resultados a curto prazo. O problema da avaliação é a parte mais difícil do processo educacional.

Estratégia Brasileira

Antes da preparação da Eco-92, a Unesco juntamente com o Ministério da Educação trabalharam para preparar o que vai acontecer após a Conferência. Foi feito um seminário nacional sobre a educação ambiental, para tomar a temperatura do País, nos diferentes Estados, sobre a educação ambiental. Foram apresentadas as experiências que tiveram sucesso, as que tiveram menos sucesso e as experiências erradas e feita uma análise muito boa com a participação de representantes de todo o Brasil. A partir deste seminário foi elaborada uma estratégia nacional para o desenvolvimento da educação ambiental. Este seminário foi financiado pelo Ministério da Educação e pela Secretaria do Meio Ambiente - Sema, com a cooperação técnica da Unesco.

Esta estratégia, que nasceu do seminário, é um marco de referência, porque, evidentemente as condições ambientais e a educação em cada Estado **são** muito. **diferentes e não** se pode determinar um padrão para todos. Esta estratégia seguiu a linha desenvolvida pela estratégia mundial, elaborada pela Unesco em conjunto com os governos em nível mundial.

Tem-se um plano mundial, depois um nacional, e agora os estaduais, pois o Ministério da Educação está desenvolvendo seminários regionais para ver de perto os problemas que precisam ser resolvidos em níveis estaduais.

Outro ponto de difícil resolução é a interinstitucionalidade. O Ministério da Educação é o responsável pela educação ambiental, mas, como a mesma é multidisciplinar, precisa da ajuda dos órgãos de administração ambiental, dos Ministérios da Economia, da Cultura, da Ação Social, da Saúde, etc. Como integrar os esforços, as contribuições dos diferentes ministérios e das administrações junto com o MEC? Porque a educação ambiental não é uma coisa única, tem que ser uma coisa evolutiva.

Não podemos confundir educação ambiental com educação conservacionista, que pode ser administrada por um só ministério. A educação ambiental vai mais longe, precisa do desenvolvimento conjunto e essa é uma grande dificuldade, que ainda não foi bem resolvida. Esta é a colaboração interinstitucional dentro do mesmo país, dentro do mesmo Estado, Município, da mesma Prefeitura que precisa acontecer.

Eveline Silva de Assis
Jornalista/INEP